

FHC reclama unanimidade

Luis Eduardo Leal
e Liege Albuquerque
de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, durante uma solenidade no Palácio do Planalto, que a reforma administrativa deveria ter sido aprovada por "unanimidade". Fernando Henrique reconheceu que a aprovação do texto foi garantida "pelo número expressivo dos que votaram a favor", mas foi duro com os 134 deputados que votaram contra. "Os que não se juntaram a essa imensa maioria vão pagar o preço histórico de não ter entendido o momento do Brasil. Vão pagar o preço eleitoral também", discursou o presidente, ao sancionar a lei que cria o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI).

"O povo sente quem está sintonizado com ele, mesmo quando toma medidas duras, quando são necessárias. E não perdoa quando não se as toma. Porque aí percebe que há interesse eleitoreiro ou interesse menor", prosseguiu. "Nunca mais se

falou em governabilidade entre nós", observou o presidente sobre suas relações com o Executivo. "A governabilidade não quer dizer unanimidade. Quer dizer a sensibilidade para as questões quando elas são, realmente, de interesse do país".

Sem citar a aprovação da reforma, o presidente chegou a prometer que haverá crescimento econômico em 1998, contra as previsões dos "improvisados calculistas do futuro". A aprovação do texto foi um dos elementos que, de acordo com algumas avaliações, levaram o Banco Central a baixar as taxas de juros 19 dias depois de as ter elevado substancialmente.

A Câmara votou quatro dos 13 Destques para Votação em Separado (DVS) da reforma administrativa. Três deles foram aprovados. O mais importante deles foi o que garantiu a isonomia de estabilidade aos procuradores. Segundo o texto do relator Moreira Franco (PMDB-RJ), os procuradores passariam a ser considerados estáveis após exercerem suas funções

por cinco anos. Com o destaque aprovado, fica estabelecido que o prazo da estabilidade da categoria passa a ser igual a dos demais servidores públicos, ou seja, três anos.

Para o relator, a próxima semana tem na votação do destaque para a retirada do dispositivo que autoriza demissões pela Lei Camata o ponto mais difícil de conseguir mobilização da base governista do que o da votação global do substitutivo. "A questão será difícil, falta consenso", disse. Para Franco, contudo, o dispositivo mais importante a ser votado na semana que vem é a disponibilidade por tempo de serviço. "A dispensa por excesso de quadros ainda precisa de lei geral que defina esses princípios", explicou.

O governo federal, segundo cálculos feitos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, estima uma economia anual de R\$ 8 bilhões (em recursos federais, estaduais e municipais), a partir da vigência de todos os pontos da reforma.